DocuSign Envelope ID: FC1AB925-6D3A-44EB-909A-D40DB7F4F1AA

Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. CNPJ/MF n° 19.725.631/0001-04

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, referentes ao exercício social de 2022. A receita líquida atingiu R$ 22.310 em 2022 e era de R$ 20.182 em 2021. A Companhia apurou um prejuízo de R$ 4.255 em 2022, comparado a um prejuízo de R$ 8.446 no ano anterior, a redução do prejuízo decorre, substancialmente, do aumento da receita devido a atualização pelo IPCA dos contratos de comercialização de energia. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era R$ 62.947. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 06 de abril de 2023. A ADMINISTRAÇÃO

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.156	2.619
Contas a receber	7	3.563	3.274
Estoques	8	782	912
Tributos a recuperar	9	520	523
Partes relacionadas	10	4.087	2.792
Despesas antecipadas			2
Outras contas a receber	11	2.677	395
Total do ativo circulante		**17.785**	**10.517**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	9	289	153
Depósitos judiciais	17	28	23
Tributos diferidos	12	601	428
		918	**604**
Imobilizado	13	122.455	127.056
Intangível	14	118	128
Total do ativo não circulante		**123.491**	**127.788**
Total do ativo		**141.276**	**138.305**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	15	1.015	618
Partes relacionadas	10	18.090	18.942
Tributos a pagar	16	590	556
Provisão de ressarcimento	17	13.549	12.601
Provisão liminar excludente	17	4.119	3.784
Total do passivo circulante		**37.363**	**36.501**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	32.262	39.072
Provisão de ressarcimento	17	7.924	4.792
Provisão para desmobilização	17	780	1.312
Total do passivo não circulante		**40.966**	**45.176**
Total do passivo		**78.329**	**81.677**
Patrimônio líquido	18		
Capital social		90.461	79.887
Prejuízos acumulados		(27.514)	(23.259)
Total do patrimônio líquido		**62.947**	**56.628**
Total do passivo e patrimônio líquido		**141.276**	**138.305**

Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	19	22.310	20.182
Custo do serviço de energia elétrica	20	(12.112)	(12.906)
Lucro bruto		**10.198**	**7.276**
Despesas gerais e administrativas	21	(1.736)	(1.370)
Outros ganhos (perdas), líquidos	21	613	(987)
Lucro operacional		**9.075**	**4.919**
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		318	176
Despesas financeiras		(12.846)	(12.848)
		(12.528)	**(12.672)**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(3.453)**	**(7.753)**
Imposto de renda e contribuição social	23	(802)	(693)
Prejuízo do exercício		**(4.255)**	**(8.446)**
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	**18**	**(0,051)**	**(0,106)**

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(4.255)	(8.446)
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	**(4.255)**	**(8.446)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social			
	Subscrito	A integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2021	**75.887**		**(14.813)**	**61.074**
Aumento de capital (nota 18)	8.574	(4.574)		4.000
Prejuízo do exercício			(8.446)	(8.446)
Em 31 de dezembro de 2021	**84.461**	**(4.574)**	**(23.259)**	**56.628**
Aumento de capital (nota 18)	6.000	4.574		10.574
Prejuízo do exercício			(4.255)	(4.255)
Em 31 de dezembro de 2022	**90.461**		**(27.514)**	**62.947**

Demonstração dos fluxos de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(3.453)	(7.753)
Ajustes de receitas e despesas		
Depreciação e amortização	5.775	5.656
Baixa de ativo imobilizado	5.810	1.010
Atualização financeira de provisão de desmobilização	130	123
Provisão e atualização financeira de ressarcimento	4.080	5.420
Juros variações monetárias partes relacionadas	11.298	10.929
Atualização financeira de liminar excludente de responsabilidade	335	744
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(289)	183
Estoques	130	(92)
Tributos a recuperar	(133)	(57)
Partes relacionadas	(2.732)	(26)
Outras contas a receber	(2.282)	214
Despesas antecipadas	2	2
Depósitos judiciais	(5)	(1)
Fornecedores	397	(1.203)
Tributos a pagar	(305)	(392)
Caixa gerado nas operações	**18.758**	**14.757**
Juros pagos partes relacionadas cessão de recebíveis	(11.298)	(10.929)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(636)	(710)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**6.824**	**3.118**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(7.636)	(3.461)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(7.636)**	**(3.461)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de partes relacionadas - cessão de recebíveis	(6.225)	(6.022)
Aumento de capital	10.574	4.000
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**4.349**	**(2.022)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	3.537	(2.365)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2.619**	**4.984**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**6.156**	**2.619**

Notas explicativas

1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou Santa Joana V) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 2013 através da cisão parcial da Ventos de Santa Joana Energias Renováveis S.A. A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de Santa Joana V, com 28,9 MW de capacidade instalada, localizado no Estado do Piauí, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato. A Companhia é controlada pela Chapada do Piauí II Holding S.A. ("Controladora") que detém 100% das ações da Companhia. Em 18 de março de 2014, o consórcio formado pelos acionistas da Companhia venceu o Leilão de Energia Nova A-3/2013, referente à contratação de energia de reserva proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte eólica, no ambiente de contratação regulada, organizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), expostas no edital Leilão no 09/2013, cujo início de suprimento é 1º de janeiro de 2016. A Companhia possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

Eólica	Portaria MME	Termino das outorgas
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 238, de 30 de maio de 2014	Maio de 2049

Com contratos de *Power Purchase Agreement* ("PPA") com as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano	Inicio	Término
Ventos de Santa Joana V	Piauí	Caldeirão Grande, Marcolândia	28,90	123.516	Janeiro de 2016	Dezembro de 2035

1.2 Situação financeira: O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, decorre substancialmente do passivo circulante de empréstimo – cessão de recebíveis (nota 10) e provisões de ressarcimento. A conclusão da administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é que a Companhia terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo, obtendo os recursos necessários por meio de suas atividades operacionais adicionados ao saldo de caixa existente no início do período e eventuais aportes de capital ou prorrogação dos prazos das dívidas pela acionista Chapada do Piauí II Holding S.A., se necessário.

	31/12/2022	31/12/2021
Total do ativo circulante	17.785	10.517
(-) Total do passivo circulante	(37.363)	(36.501)
Capital circulante líquido negativo	**(19.578)**	**(25.984)**

Entretanto, os eventuais aportes de capital ou prorrogação dos prazos da dívida estão condicionados a melhora da situação financeira da Controladora. A Companhia vem acompanhando a situação de cumprimento das cláusulas restritivas do contrato de financiamento de sua Controladora junto ao BNDES e notou que não foi atingido o Índice de Serviço de Cobertura da Dívida ("ICSD") de 1,20 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Foi emitida uma carta de anuência pelo BNDES em 24 de março de 2023 que incluiu algumas condições suspensivas para a respectiva validade do *waiver* no âmbito da controladora Chapada do Piauí II Holding S.A. Diante do cenário apresentado, a Administração da Controladora tomou as seguintes ações visando atender as condições expressas na carta supracitada: (i) aprovação dos acionistas para a integralização de capital no montante de R$ 41.000, com aumento de capital necessário já deliberado em Assembleia Geral Extraordinária -AGE de 17 de março de 2023; (ii) iniciou as tratativas com o banco administrador das contas de reserva dos serviços da dívida para formalizar a condição suspensiva de não executar a transferência do excedente das contas reserva para contas movimento no montante de R$ 41.000, bem como assegurar que o aporte de capital supracitado seja mantido nas respectivas contas reserva, de forma que ambos os valores sejam mantidos nas contas de reserva do serviço da dívida do BNDES. Considerando o atendimento das condições supracitadas pela Controladora para validação da dispensa do vencimento antecipado do financiamento, que possibilitará a realização de eventuais aportes de capital ou prorrogação dos prazos da dívida à Companhia; adicionado às projeções de fluxo de caixa realizadas pela Companhia para os próximos 12 meses indicam que a mesma terá condição de honrar suas obrigações no exercício de 2023, tendo em vista que o início da cobrança dos ressarcimentos está previsto para setembro de 2023 e o impacto estimado no caixa será de R$ 11.849. **1.3 Principais eventos ocorridos no exercício de 2022: (a) Integralização de capital:** Em 8 de agosto de 2022 foi realizada a integralização de capital de R$ 4.574, pela controladora conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE de 2 de março de 2022. Em 30 de agosto de 2022 foi realizada a integralização de capital de R$ 6.000, pela controladora conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE de 25 de agosto de 2022. **(b) Provisão de *curtailment:*** Em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido o montante de R$ 64 na rubrica "Provisão de ressarcimento" em contrapartida a "Receita líquida de venda", relativo à provisão do *curtailment* determinada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo como base a Resolução Normativa nº 1.030/2022 que revoga a Resolução Normativa nº 923/2021 e consolida procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólioelétricas, que passa a valer a partir da publicação da resolução supracitada em 26 de julho de 2022 cujo o período de abrangência para apuração dos valores se inicia em outubro de 2021. **1.4 Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 06 de abril de 2023. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação: (a) Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. **2.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1ºde janeiro de 2022: **CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. A Companhia analisou as alterações nas normas contábeis acima e não constataram impactos em suas operações e políticas contábeis. **2.1.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **CPC 50 – Contratos de seguros** - Adoção inicial. **CPC 32 – Tributos sobre o Lucro Imposto diferido** - As alterações requerem que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis** - As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro** - Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2)** – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas. A companhia está analisando as novas normas e emendas supracitadas para avaliar o possível impacto em suas operações e políticas contábeis. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2022 e em de 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía saldos em aberto de ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. **(a) Provisão de ressarcimento sobre a receita:** No momento, identificamos que as áreas sujeitas a estimativas e premissas contábeis críticas estão relacionados ao contrato de venda de energia proveniente de novos empreendimentos. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão em faixas que variam em percentuais da energia contratada conforme cada ano contratual e quadriênio (nota 17). **(b) Provisão de desmobilização:** Os valores da provisão de desmobilização são contabilizados com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas ajustadas ao valor presente da Companhia (nota 17). **4. Gestão de risco: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros praticadas no mercado, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela área financeira, seguindo as políticas da Companhia. A área financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração. É política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e em de 31 de dezembro de 2021 de ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou taxa de juros praticadas no mercado:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas. A Companhia mantém financiamentos associado a taxa de juros local, gerando exposição à variação dessa taxa. Os financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia risco de taxa de juros de fluxo de caixa, e os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de taxa de juros praticadas no mercado. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição à taxa de juros e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem no mínimo um rating de crédito BB- pela agência *S&P Global Ratings*, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 e em de 31 de dezembro de 2021 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração. As atividades operacionais da Companhia são reguladas pela ANEEL, órgão regulador do setor de Energia Elétrica no Brasil. As receitas provenientes das operações possuem contratos de longo prazo de geração de energia, tendo como clientes diversas distribuidoras, diminuindo assim a exposição de risco de crédito. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, liquidez diária acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e caixa disponível de R$ 6.156 (R$ 2.619 em 31 de dezembro de 2021) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

		Vencimentos (i)				
	Nota	12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores	15	1.015				1.015
Partes relacionadas	10	18.090	5.866	8.799	17.597	50.352
Provisão liminar excludente	17	4.119				4.119
Provisão de ressarcimento	17	13.549	7.819	105		21.473
Em 31 de dezembro de 2021						
Fornecedores	15	618				618
Partes relacionadas	10	18.942	7.129	10.656	21.287	58.014
Provisão liminar excludente	17	3.784				3.784
Provisão de ressarcimento	17	12.601	128	4.665		17.394

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração. A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento e partes relacionadas. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **4.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamento – cessão de recebíveis (incluindo cessão de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumarizados:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Total de empréstimo-cessão de recebíveis (partes relacionadas)	10	50.220	56.445
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(6.156)	(2.619)
Dívida líquida		**44.064**	**53.826**
Total do patrimônio líquido		62.947	56.628
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		**107.011**	**110.454**
Índice de alavancagem financeira - %		**41%**	**49%**

4.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio. **(c) Impactos do COVID-19:** A Companhia continua monitorando os efeitos do Covid-19 nos mercados em que atua, principalmente no que diz respeito às medidas restritivas adotadas por essas jurisdições. A Companhia está analisando continuamente a situação e atuando para minimizar os impactos nas operações e na situação patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar as medidas cabíveis, garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e segurança de todos. Observamos uma redução nas restrições em geral durante o ano de 2022, quando comparado ao final de 2021. Durante o ano de 2022 não identificamos impactos relevantes na posição financeira da Companhia, porém continuaremos a monitorar potenciais impactos futuros. **(d) Mudanças climáticas:** O parque eólico da Companhia, por essência, já é grande contribuinte para a redução das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios da Companhia, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **5. Instrumentos financeiros por categoria: Política contábil:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado. **(a) Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros ao custo amortizado, conforme definição abaixo: **(i) Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Partes relacionadas" e "Outras contas a receber". **(b) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados. **(c) *Impairment* de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.156	2.619
Contas a receber	7	3.563	3.274
Partes relacionadas	10	4.087	2.792
Outras contas a receber	11	2.677	395
Ao custo amortizado		**16.483**	**9.080**

Passivos financeiros

Passivo, conforme o balanço patrimonial	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas	10	50.352	58.014
Fornecedores	15	1.015	618
Provisão de ressarcimento	17	21.473	17.393
Provisão liminar excludente	17	4.119	3.784
Ao custo amortizado		**76.959**	**79.809**

As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores e outras obrigações, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros. **6. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em banco e em caixa	1.421	944
Recursos em aplicações financeiras	4.735	1.675
	6.156	**2.619**

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados à uma taxa média de 99% (99% em 2021) do CDI, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor. **7. Contas a receber: Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). A administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a administração não julgou necessário o reconhecimento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa e por esse motivo não há índice de perda estimada de créditos para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo CPC48 – Instrumentos Financeiros.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	3.563	3.274
	3.563	**3.274**

Composição por vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	3.563	898
Vencidos de 0 a 30 dias	

DocuSign Envelope ID: FC1AB925-6D3A-44EB-909A-D40DB7F4F1AA

Continuação ➤

em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia. O primeiro quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2023.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	293	1.404
Provisão de despacho (ii)	13.256	11.197
	13.549	**12.601**
Não circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	7.924	4.792
	7.924	**4.792**
Total	**21.473**	**17.393**

(i) A provisão do ressarcimento está sendo demonstrada sem os efeitos da provisão de ressarcimento do despacho nº 2.303/2019 mencionado no item (ii). Cabe salientar que a provisão reconhecida em 31 de dezembro de 2022 está apresentada líquida do montante relativo ao *curtailment* (situações de corte de geração, denominadas no setor elétrico como *constrained-off*, que ocorrem quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda) determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo como base a Resolução Normativa nº 1.030/2022 que revoga a Resolução Normativa nº 923/2021 e consolida procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eolioelétricas. Sendo assim, a Companhia reconheceu os montantes relativos aos volumes de energia não gerada por motivo de *curtailment* como redutor da provisão de ressarcimento no referido período (nota 1.2 (b)). (ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado e na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off* (situações de corte de geração quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que a Companhia reconheceu as provisões normalmente nos períodos supracitados. **(c) Provisões liminar excludente de responsabilidade:** Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, a Companhia através de seus consultores externos, entrou com o processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizada em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excludentes de responsabilidade da Companhia pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como: (i) Embargo ilegal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio; (ii) Queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas da Companhia. A provisão foi calculada com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o pré operacional dos parques, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica a época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Provisão liminar excludente	4.119	3.784
	4.119	**3.784**

Movimentação (b) (c)

			Passivo circulante		Passivo não circulante	
Movimentação	**Liminar excludente de responsabilidade**	**Provisão de ressarcimento**	**Provisão de despacho**	**Total**	**Provisão de ressarcimento**	**Total**
Saldo em 01/01/2021	**3.040**	**813**	**9.357**	**13.210**	**1.803**	**1.803**
Provisão		837		837	3.567	3.567
Atualização Financeira	744		1.016	1.760		
Transferência		(246)	824	578	(578)	(578)
Saldo em 31/12/2021	**3.784**	**1.404**	**11.197**	**16.385**	**4.792**	**4.792**
Provisão		173		173	3.259	3.259
Atualização Financeira	335		648	983		
Transferência		(1.284)	1.411	127	(127)	(127)
Saldo em 31/12/2022	**4.119**	**293**	**13.256**	**17.668**	**7.924**	**7.924**

(d) Provisão para contingentes e depósitos judiciais: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não há processos com probabilidade de perda avaliada como provável nas quais a Companhia esteja envolvida. A Companhia possui questões cíveis e tributárias em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível portanto, não é requerido o registro de provisão para perdas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

Causas com probabilidade de perda possível

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	3.940	3.155
Regulatório		56
	3.940	**3.211**

As ações cíveis são referentes a questões imobiliárias, bem como pedidos de indenização formulados por proprietários de imóveis que alegam que não podem mais usufruir de seus imóveis pelo fato da instalação de linha de transmissão que passa pela propriedade. Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 são de R$ 25 de processos cíveis e R$ 3 de processos tributários (em 31 de dezembro de 2021 os depósitos eram de R$ 23 de processos cíveis). **18. Patrimônio líquido: (a) Capital social.** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito da Companhia era de R$ 90.461 (R$ 79.887 em 31 de dezembro 2021), dividido em 90.460.766 (79.886.766 em 31 de dezembro 2021) ações, estando totalmente subscritas e integralizadas.

		31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
Acionistas	**Participação %**	**Quantidade de ações**	**Total**	**Quantidade de ações**	**Total**
Chapada do Piauí II Holding S.A.	100%	90.460.766	90.461	79.886.766	79.887
	100%	**90.460.766**	**90.461**	**79.886.766**	**79.887**

Em 2022 foi realizado o aumento e integralização de capital de R$ 6.000, pela controladora conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE de 25 de agosto de 2022. Em 2021 foi realizado um aumento de capital de R$ 8.574, pela controladora conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE de 25 de agosto de 2022 sendo R$ 4.000 subscrito e integralizado em 2021 e R$ 4.574 integralizado em 2022. **b) Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações:** O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(4.255)	(8.446)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	83.738	79.887
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	**(0,051)**	**(0,106)**

19. Receita líquida de vendas: Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio.

Composição

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida		
Receita com energia	26.690	25.439
(-) Provisão de ressarcimento	(3.432)	(4.404)
(-) Impostos sobre vendas	(849)	(758)
(-) Encargos sobre concessão	(99)	(95)
	22.310	**20.182**

20. Custo do serviço de energia elétrica:

	31/12/2022	31/12/2021
Energia elétrica comprada para revenda	(245)	(1.128)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(1.246)	(1.106)
Custo de operação (a)	(10.621)	(10.672)
	(12.112)	**(12.906)**

(a) Custo de operação:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(337)	(237)
Manutenções	(185)	(345)
Materiais e serviços de terceiros	(4.324)	(4.434)
Depreciações e amortizações	(5.775)	(5.656)
	(10.621)	**(10.672)**

21. Despesas gerais e administrativas e outros ganhos (perdas), líquidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(484)	(394)
Seguros	(299)	(163)
Comunicações	(19)	(15)
Viagens	(11)	(14)
Despesas Tributárias	(15)	(3)
Projetos sociais	(42)	(2)
Outras despesas operacionais	(148)	(177)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	613	(987)
Despesas compartilhadas	(718)	(602)
	(1.123)	**(2.357)**

(i) A Companhia era requerente em processo arbitral. Em novembro de 2022, as partes envolvidas no referido processo arbitral celebraram acordo, mediante o qual coube a Companhia o direito a indenização a título de perdas e danos no montante total de R$ 2.603. **22. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:** As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre cessão de recebíveis são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem substancialmente os valores de atualizações financeiras.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	293	176
Outras receitas financeiras	25	
	318	**176**
Despesa financeira		
Despesa financeira de cessão de recebíveis (Nota 10)	(11.298)	(10.929)
Atualização financeira de liminar excludente de responsabilidade	(335)	(744)
Atualização financeira de desmobilização	(130)	(123)
Atualização financeira de ressarcimento	(648)	(1.016)
Outras despesas financeiras	(435)	(36)
	(12.846)	**(12.848)**
Resultado financeiro	**(12.528)**	**(12.672)**

23. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com energia	**26.690**	**25.439**
Receita de energia faturada	26.418	25.437
Provisão de receita de venda energia	272	2
Provisão de ressarcimento	**(3.432)**	**(4.404)**
Provisão de ressarcimento	(3.432)	(4.404)
Receita Gerada	**23.258**	**21.035**
Outras receitas	321	176
Bases de cálculo		
Receita com energia		
IRPJ	2.434	2.211
Adicional IRPJ	2.194	1.971
CSLL	3.491	3.228
Provisão de ressarcimento		
IRPJ	(252)	(352)
CSLL	(379)	(528)
Cálculo dos impostos		
Receita com energia	**(899)**	**(820)**
IRPJ – 15%	(366)	(332)
IRPJ adicional – 10%	(219)	(197)
CSLL – 9%	(314)	(291)
Provisão de ressarcimento	**97**	**136**
IRPJ – 15%	38	53
IRPJ adicional – 10%	25	35
CSLL – 9%	34	48
Correção referente a impostos de anos anteriores		(9)
Corrente	(899)	(829)
Diferido	97	136
Despesa IRPJ e CSLL - lucro presumido	**(802)**	**(693)**

24. Compromissos:

	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento de terrenos (i)	308	1.416	11.925	13.649
Contrato de manutenção (ii)	3.374	7.096		10.470
Contrato de transmissão (iii)	1.319	8.515	10.560	20.394
Comissão de fianças (iv)	104	419	506	1.029
	5.105	**17.446**	**22.991**	**45.542**

i) Arrendamento de terrenos: Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a receita de geração de energia. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de geração de energia são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **ii) Contrato de manutenção:** Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor das máquinas e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. **iii) Contrato de transmissão:** São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. **iv) Comissão de fiança:** Comissão de fiança é exigida contratualmente para garantia do pagamento da tarifa de transmissão (Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST). Essa fiança é emitida para o Operador Nacional do Sistema Elétrico com uma vigência anual e o valor garantido é a previsão do valor da tarifa de transmissão para o ano subsequente à data de emissão. O compromisso ligado à essa fiança é projetado pela duração do contrato de venda de energia por se tratar de uma obrigação inerente à operação da planta eólica. **25. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial no montante de R$ 836.371 e de lucros cessantes no montante de R$ 149.831 (coberturas compartilhadas com as demais empresas controladas pela Controladora Chapada do Piauí Holding II Holding S.A). O seguro de responsabilidade civil no montante de R$ 50.000 é compartilhado com as demais empresas controladas pela Contour Global do Brasil Holding Ltda. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. **26. Eventos subsequentes: Recebimento acordo arbitragem:** Em janeiro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R$ 2.716 referente ao acordo de arbitragem (nota 11).

Diretor: **Daniel Pastro**

Contador: **Cristiano Pavane** - CRC 1SP271178/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para as Notas 1.2 e 10 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 19.578 mil. Essa situação e o fato da Companhia depender de eventuais aportes de capital da sua controladora Chapada do Piauí II Holding S.A., sendo que esses eventuais aportes estão condicionados à melhora da situação financeira da Controladora, que por sua vez está diretamente relacionada ao cumprimento das claúsulas suspensivas determinadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no *waiver* outorgado em 24 de março de 2023 para a mesma, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração elas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5
Lia Marcela Rusinque Fonseca - Contadora CRC 1SP291166/O-4

DocuSigned by:
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 06/04/2023 21:58:15 BRT
ICP Brasil
F30028BECACE477A80F4162020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*